

ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL NO DISTRITO ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 1998, 2002, 2006, 2010 E 2014: POR UMA GEOGRAFIA POLÍTICA DO VOTO

ELECTIONS FOR FEDERAL DEPUTY IN THE ELECTORAL DISTRICT OF RIO GRANDE DO SUL IN 1998, 2002, 2006, 2010 AND 2014: FOR A POLITICAL GEOGRAPHY OF THE VOTE

Recebido em: 21/07/2022

Aceito em: 11/08/2022

Edson Romário Monteiro Paniágua¹ 

Sandro da Silva² 

Resumo: O presente trabalho é parte do desenvolvimento da pesquisa, “As Eleições para Deputado Federal no Distrito eleitoral do Rio Grande do Sul nos anos de 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014: Por uma Geografia Política do voto”, financiada pela Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS. O objetivo é explorar inicialmente as relações do espaço geográfico, voto e a competitividade eleitoral, no distrito eleitoral do Rio Grande do Sul, (subnacional) nas eleições para deputados federais no ano de 1998. Nesse sentido, trabalha-se a partir de um estudo de caso, do atual senador Luis Carlos Heinze, pois apresenta uma trajetória política eleitoral ininterrupta, primeiro como prefeito da cidade de São Borja/RS – Brasil – e por cinco mandatos consecutivos, (1998, 2002, 2006, 2010 e 2014) como deputado federal. O distrito eleitoral do Rio Grande do Sul é composto por 173 zonas eleitorais e suas respectivas seções e diante dessa magnitude, optou-se por uma abordagem regional, a partir dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais – COREDEs e que denominamos de distritos informais. O recorte espacial como metodologia é consubstanciado pelo método quantitativo e qualitativo, tendo como suporte, os dados eleitorais do sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, TRE/RS. Trabalha-se com a hipótese do voto concentrado e disperso para as candidaturas locais.

Palavras-chave: Eleições; Distrito Eleitoral; Deputado Federal; Geografia Eleitoral.

Abstract: The present paper is part of the development of the research, "The Elections for Federal Deputy in the electoral district of Rio Grande do Sul in 1998, 2002, 2006, 2010 and 2014: For a Political Geography of the vote", financed by the Research Support Foundation of Rio Grande do Sul - FAPERGS. The objective is to initially explore the relations of geographic space, voting and electoral competitiveness, in the electoral district of Rio Grande do Sul, (subnational) in the elections for federal deputies in 1998. In this sense, we work from a case study, of the current senator Luis Carlos Heinze, because he presents an uninterrupted electoral political trajectory, first as mayor of the city of São Borja/RS - Brazil - and for five consecutive terms, (1998, 2002, 2006, 2010 and 2014) as federal deputy. The electoral district of Rio Grande do Sul is composed of 173 electoral zones and their respective sections, and in view of this magnitude, we opted for a regional approach, from the Regional Development Councils – COREDEs - which we called *informal districts*. The spatial cut as methodology is

¹ Professor da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja – RS/Brasil. Mestre e Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo – RS/Brasil. Professor dos Cursos de Ciências Sociais Ciência Política, Direito e Licenciatura em Ciências Humanas. Professor Permanente do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em Políticas Públicas. Coordenador do Curso de Ciências Sociais Ciência Política– UNIPAMPA – São Borja/RS/Brasil. Tutor do Programa de Ensino Tutorial PET História da África.

² Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política e Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – São Borja/RS/Brasil. E-mail: sandro.cscp@gmail.com.

substantiated by the quantitative and qualitative method, supported by electoral data from the website of the Regional Electoral Court of the State of Rio Grande do Sul, TRE/RS. We work with the hypothesis of concentrated and dispersed voting for local candidates.

Keyword: Elections; Electoral District; Federal Deputy; Electoral Geography.

INTRODUÇÃO

A temática das eleições para a Câmara de Deputado Federal nos permite explorar as questões abordadas pela literatura especializada no que tange as características do sistema eleitoral brasileiro, porém, em perspectiva regionalizada para o distrito eleitoral do Rio Grande Sul, considerado o quinto com a maior magnitude eleitoral e o terceiro com o maior número de municípios.

Os dois fatores elencados, as características do distrito, por outro lado, o associam também a uma tendência de concentração do voto. Esta, hipótese é apontada pela literatura e vem sendo confirmada por estudos como o de Silva (2014), mesmo que seja em um grau menor do que o especulado. Quando se trata do quesito competição eleitoral, o ponto de partida interpretativo no que se refere ao Brasil aponta que os partidos políticos seriam debilitados pelo fato do método adotado para eleição de Deputados Federais, ou seja, o sistema proporcional de lista aberta, aonde os distritos são limitados pelas dimensões territoriais de cada unidade federativa.

Os efeitos disto em primeira instância faria com que a competição se desenrolasse no interior de cada lista partidária, ou seja, a competitividade é mais intensa internamente e este é o fator que enfraqueceria os partidos políticos. Outra consequência se depreende do próprio sistema eleitoral e de suas regras, um estímulo para que os candidatos procurassem construir redutos eleitorais onde concentrariam espacialmente seus votos, visando controlar o eleitorado e restringir a disputa ao máximo possível (SILVA, 2013).

Este trabalho apresenta contribuições com a análise da temática, em relação a sua dimensão regional que ainda recebe pouco tratamento da literatura sobre o tema. No seu desenvolver será possível dar formas as proposições de análises que relacionam o universo legislativo, a atividade de seus membros e as eleições.

Neste primeiro passo da pesquisa analisaremos a distribuição espacial da votação do caso selecionado e identificaremos qual o padrão de votação foi obtido na eleição de 1998. Isso nos permitirá avançar em direção da mensuração do nível de dominância regional e da análise a competitividade eleitoral em nível regional, além de possibilitar a identificação de especificidades do distrito eleitoral do Rio Grande do Sul em relação aos demais.

O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

A Ciência Política, conforme Dias, (2008) tem como seu objeto de estudo, a distribuição, o exercício e a organização do poder. No arcabouço dessa disciplina, as eleições se caracterizam por ser um fenômeno político, expresso pelas interações sociais que se materializam no comportamento político através do voto. Nesse sentido, os partidos políticos são os instrumentos pelo qual se utilizam os diferentes grupos políticos para atingirem seu objetivo principal: o de chegar ao poder. Os partidos políticos articulam-se através de redes sociais e políticas que expressam territorialidades diferentes do grande distrito eleitoral. De acordo com Denez e Da Silva, (2014) a “formação de redes de grupos de poder político ocorre por meio de relações que se desenvolvem em uma trama complexa de alianças, conflitos e contradições nos ‘jogos de interesses’ pela busca do poder e/ou pela sua manutenção”.

A Constituição Federal de 1988, ao decretar a República Federativa do Brasil, também a dividiu nos poderes executivo, legislativo e judiciário e o sistema de governo, o presidencialismo. A organização política, administrativa, a forma de governo e a divisão dos poderes, entre diferentes instituições, forma o sistema político brasileiro. Conforme Dias, (2008) o sistema eleitoral e o sistema partidário são considerados como subsistemas do sistema político. O sistema partidário brasileiro é designado conceitualmente como pluralismo, em virtude de apresentar, nos seus, ao menos cinco partidos relevantes, “embora não necessariamente todos se encontrem em posições equivalentes em termos de articulação e como alternativa de governo, se encontram em condições coligar-se e criar problemas para os blocos dominantes” (DIAS, 2008, p. 194).

No que tange a competição por cargos públicos, Kinzo (2004) é o elemento que identifica um determinado sistema político como democrático. Porém, os partidos políticos e os processos eleitorais são muitas vezes contraditórios e conflituosos. Logo, a problemática da democracia diz respeito ao seu aspecto procedimental, ou seja, o estabelecimento de uma institucionalização dentro do sistema político que organize a metodologia e possibilite a competição e a participação popular para a escolha dos líderes políticos. Isto implica dizer que o Brasil tem um sistema eleitoral, que utiliza dois modelos; o sistema majoritário que serve para eleger os cargos públicos referentes ao poder executivo, presidente da República, Governador de Estado e Distrito Federal, prefeitos e senadores; e o sistema proporcional, para os cargos do poder legislativo deputados federais, estaduais e vereadores.

O sistema proporcional é atrelado ao evento histórico da Constituinte de Provença (França) em 1789, atribuído ao líder político Mirabeau. Segundo Nicolau (2004) este sistema

visa refletir no parlamento duas questões: a diversidade de opiniões políticas existentes na sociedade e garantir a representação dos partidos no legislativo em correspondência com a sua votação. Nicolau (2004) expõe a existência de duas variações do sistema: a primeira seria o voto único transferível. Trata-se de um modelo que propõe o funcionamento da representação proporcional, tendo como pedra fundamental, um sistema eleitoral que se assenta sob a ideia de assegurar a representação das opiniões políticas individuais em contraponto das comunidades políticas e também dos partidos. O pressuposto da implementação deste modelo seria a ampliar as possibilidades de escolha e representação no parlamento, adotando um distrito eleitoral único em âmbito nacional rompendo com a fragmentação do sistema eleitoral em vários distritos que configura um carácter regionalizado da eleição.

No sistema proporcional, a lógica da equidade matemática, de tornar correspondente o número de cadeiras conquistadas por um partido, com o tamanho de sua votação, inexistente. A forma de votar nesta variação de sistema ocorre através do eleitor, elencando suas preferências de acordo com números de quotas ou vagas existentes no parlamento. O candidato que atinge a cota tem seu excedente de votos transferidos proporcionalmente entre os outros candidatos, considerando a preferência dos eleitores. Desta maneira é conferido a este modelo enquanto uma vantagem, o voto em diferentes partidos e sua ordenação de acordo com a preferência do eleitor, permitindo o controle da transferência dos votos excedentes, o que seria uma forma de não contribuir para eleger um candidato sem a simpatia do eleitor, fenômeno que existe no sistema proporcional de lista aberta, Nicolau (2004).

O sistema de representação proporcional de lista é a segunda variação exposta por Nicolau (2004). Em 1885, ocorreu na Bélgica, a Conferência Internacional sobre Reforma Eleitoral. O resultado dessa conferência foram três resoluções, ou percepções, sendo: 1ª: o sistema de eleição majoritário utilizado até aquele momento imporia limitações à liberdade dos eleitores; 2ª: proporcionaria a existência de fraudes e corrupção; 3ª: em muitos casos uma minoria conquistaria a maioria das cadeiras. Diante dessas conclusões da conferência da Bélgica, a representação proporcional foi apresentada como a única forma de alcançar representação e dar voz aos grupos políticos significativos existentes no eleitorado. O sistema com passar do tempo foi sendo adotado pelos diferentes países da Europa para as eleições das Câmaras de Deputados, mas cabe ressaltar que cada país adotou o modelo em voga, de acordo com suas razões particulares.

O Brasil é o país que há mais tempo que faz uso do sistema proporcional de lista aberta, desde a década de 1930 do século XX. Entretanto, Nicolau (2007), afirma que no país, o sistema

é implementado em grandes distritos (estados subnacionais). As eleições sob a lógica proporcional ocorrem de forma simultânea às eleições de cunho majoritário; dessa forma, apresenta distorções de representação dos estados na Câmara Federal em virtude de o número de representantes ser definido de acordo com a população de cada estado e conforme a Constituição Federal de 1988, cada estado pode ter no mínimo 07 representantes e no máximo 70.

O funcionamento do modelo se dá por meio do registro de uma lista de candidatos, função que é atribuição do partido ou coligação. As cadeiras distribuem-se de maneira a respeitar a proporcionalidade ao número de votos recebidos. A fórmula eleitoral brasileira empregada para distribuição das cadeiras pertence ao grupo das identificadas como das “maiores medias”. Primeiro é calculado o quociente eleitoral que consiste na divisão dos votos recebidos pelos partidos ou coligações pelo número de cadeiras disponíveis em cada distrito (estados subnacionais). Desta forma, distribuem-se as cadeiras na primeira etapa à medida que o quociente é atingido, as cadeiras que sobrarem, são distribuídas para partidos ou coligações que atingirem as maiores medias, calculadas através da divisão do número de etapa mais 1, estabelecendo um novo quociente eleitoral como descreve, Nicolau (2004). Cabe ressaltar que o voto pode ser depositado diretamente no candidato de preferência ou no partido (voto na legenda) e as cadeiras são ocupadas pelos mais votados.

O sistema partidário brasileiro, pluralista, em que pese o predomínio de cinco partidos, aumentou substancialmente desde a última década do século XX e as eleições majoritárias e proporcionais ocorrem de forma simultânea em todo o país. A presença de vinte e seis Estados da Federação Brasileira, e o Distrito Federal, cada um compondo um grande distrito eleitoral subnacional, com suas particularidades e dinâmicas políticas. Essas características tornam complexas as eleições brasileiras majoritárias e proporcionais nos seus diversos aspectos, representando desafios para os cientistas sociais, os cientistas políticos e os historiadores, no que diz respeito às abordagens teóricas e metodológicas e os seus problemas de pesquisas.

A presente pesquisa se coloca nesse patamar de desafios. Apresentar os resultados da eleição proporcional para deputados federais do ano de 1998, do grande distrito (subnacional) do Rio Grande do Sul, a partir de um estudo de caso identificado que se desdobra numa pesquisa ampliada é relevante e permite com a comunidade acadêmica e científica, projetar questões para o restante da pesquisa.

A TRAJETÓRIA POLÍTICA E O PADRÃO ESPACIAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS

A trajetória política/partidária e eleitoral, do atual Senador Luis Carlos Heinze, natural de Candelária/RS, teve no município de São Borja, a zona eleitoral 047, o seu “marco zero”, o ponto de partida. Em 1988, José Pereira Alvarez, do Partido Democrático Social – PDS foi eleito prefeito de São Borja/RS (1989-1992) e durante esse mandato, Luis Carlos Heinze, também do PDS,³ ocupou o cargo de Secretário de Agricultura do Município. É nessa esteira e com o capital político de José Pereira Alvarez,⁴ foi eleito prefeito em 1992 para o mandato de 1993 a 1996.

Essa trajetória foi consubstanciada por suas ações ativas e efetivas na defesa dos interesses, principalmente do setor orizícola e da propriedade privada, permeada pelo seu perfil profissional de engenheiro agrônomo durante as décadas de 80 e 90 do séc. XX. A sua vinculação ao setor primário se caracterizada nas seguintes frentes; como membro de diversas comissões da classe, entre essas, em 1984⁵ da Comissão Central dos Orizicultores Gaúchos, no boicote da comercialização do arroz em 1989, como gestor, Secretário de Agricultura de São Borja. (1989-1992) e Prefeito (1993-1996).

Durante o período em que foi Prefeito de São Borja/RS ocupou a Comissão Mista Brasil-Argentina para construção da Ponte Internacional São Borja-São Tomé (Brasil-Argentina). No ano de 1994, na Associação dos Municípios da Fronteira Oeste, AMFRO, defendeu e aprovou a contratação de estudos sobre a orizicultura gaúcha. Em 1995, como participante e ativista do Movimento Caminhonagem a Brasília/DF e como líder da comitiva de prefeitos gaúchos que foram a Brasília/Distrito Federal/Brasil em apoio à bancada ruralista. Esse ativismo político nesse setor agrícola também pavimentou a sua primeira eleição a Câmara de Deputados

Em 1998, Luis Carlos Heinze, ao ser eleito Deputado Federal pela primeira vez, chegava como uma das principais lideranças do setor primário da fronteira oeste do Rio Grande do Sul,

³ Luis Carlos Heinze foi filiado inicialmente ao Partido Democrático Social. (PDS) Logo a seguir, ao Partido Progressista Brasileiro (PPB) e depois, ao Partido Progressista. (PP) Não se trata de três partidos novos e sim, de mudanças de siglas e reconfiguração interna que tem na origem na Aliança Renovadora Nacional – ARENA – que deu origem inicial ao PDS e assim sucessivamente. Também significava o afastamento da sigla estigmatizada da ARENA com o regime Civil Militar. (1964-1985)

⁴ Conforme: <http://www.pp-rs.org.br/noticias/sao-borja-perde-um-de-seus-politicos-mais-importantes>. Acesso em: 04/05/2020. Acesso em: 2 set. 2021.

⁵ Podemos citar ainda a participação como membro nas seguintes comissões: De 1985 a 1989 da Comissão de Crédito Rural da FARSUL - Porto Alegre/ RS; em 1986 da Comissão Central que organizou o Tratoragem a Porto Alegre/RS; em 1987 da Comissão do Endividamento dos Produtores Rurais Gaúchos. (Coordenador) Além dessas comissões, participou com lideranças do setor primário do Alerta à Nação em Brasília/DF. Disponível em: BRASIL. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros**: repertório biográfico. 53ª legislatura, 207-2011. Brasília: Coordenação de publicações, 2007.

construída nas décadas de 80 e 90 do século XX. Essa eleição estava assim alicerçada na sua fidelidade e ação partidária, vinculada ao setor orizícola e pecuário da fronteira oeste, traduzindo a hegemonia de um modelo econômico social e político que tem sua origem no século XIX,⁶ chegando ao século XXI, numa roupagem de modernização conservadora ⁷.

Apenas a descrição realizada da trajetória política, já nos permitiria classificar o padrão espacial de distribuição de votos, de acordo com Borges (2016) ao referir-se aos trabalhos de Ames (2001) e Carvalho (2003), salienta que votações caracterizadas como concentrada e dominante, geralmente são obtidas por candidatos de redutos eleitorais específicos, de orientação paroquial.

Na prática, a estratégia eleitoral adotada é exercer o domínio sobre uma região de municípios adjacentes territorialmente, além de obter uma preponderante votação em um destes municípios. Porém, isto tudo deve ser acompanhado de uma trajetória política local, e como vimos na descrição, isto não falta ao caso analisado. Para (VIEIRA, 2012, p. 63) uma “causa principal para a concentração e dominância em determinados locais está na construção de carreiras políticas ou na ocupação de cargos públicos de destaque em municípios importantes em uma determinada região”. Outra causa apontada seriam heranças de tradições políticas, alicerçadas no poderio econômico exercidos em regiões por determinadas famílias, além disto, também se aponta como fato acordos políticos (troca de favores) entre o candidato/deputado e lideranças locais.

Não obstante a isso se pode identificar o padrão de distribuição de votos de uma maneira técnica. Para tanto, basta observar os dados de votação, no caso do padrão concentrado e dominante ocorre, quando um candidato em um único município obtém 65% ou do total de sua votação ou quando 85% da votação total é obtida em apenas dez municípios.

De fato, não encontramos correspondência nos percentuais em nenhuma das possibilidades, sendo que encontramos 74,24% da votação de Luis Carlos Heinze nos dez municípios em que mais recebeu votos. Dos dez municípios apenas Candelária e Pelotas descontinuam a votação territorialmente. Mas não podemos deixar de ressaltar que quando visualizamos do ponto de vista dos COREDES, percebemos que o candidato tem um

⁶ Em relação a essa origem ver em: PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A Construção da Ordem Fronteira:** Grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha Sul-rio-grandense (1852-1864). São Leopoldo/RS, 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

⁷ Tem-se uma abordagem significativa da modernização conservadora no Brasil em: DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 03, p. 459-482, 2002.

desempenho muito bom percentualmente em municípios que não tem um grande número de eleitores e isso somado as características abordadas nos leva a classificar a distribuição de votos em análise como concentrada e dominante. A sequência do texto apresenta através de tabelas e um mapa os fatores que nos levaram a esta constatação.

OS DISTRITOS INFORMAIS OS COREDES FRONTEIRA OESTE, VALE DO JAGUARI, MISSÕES E VALE DO RIO PARDO

Na eleição de 1998, para a Câmara de Deputados Federais, em seu quadro geral apresentou 195 candidatos, destes, 15 eram mulheres e apenas uma se elegeu. O comparecimento dos aptos a votar foi de 85% e a abstenção atingiu a cifra de 14, 939%. O quociente eleitoral para a distribuição das cadeiras ficou estabelecido em 156.484 mil votos.

No âmbito das coligações para eleição em pauta, tivemos a configuração de quatro: a Frente Popular (PT/PCB/PSB/PC do B), que obteve uma votação total de 1.364.314 milhão de votos, conquistando nove das trinta e uma vagas em disputa, sendo apenas superado pela coligação Rio Grande Vencedor (PMDB/PSC/PFL/PRP/PSDB) com 1.534.357 de votos e dez vagas. A Frente Trabalhista Riograndense (PDT/PST/PMN) logrou quatro vagas com 572.478 mil votos. A coligação PPB-PL/PPB/PL, alcançou 787.325 mil votos e cinco vagas. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) concorreu sem participar de coligação e conquista três vagas com 525.205 mil votos.

Luis Carlos Heinze foi eleito para o seu primeiro mandato com 63.606 votos no subdistrito nacional, o Estado do Rio Grande do Sul/Brasil, ficando em 15º lugar.⁸ A sua votação ficou concentrada em quatro COREDEs, conforme o quadro abaixo.

⁸ ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Participação dos COREDEs no VAB.** Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/participacao-dos-coredes-no-vab>. Acesso em: 2 set. 2021, às 00:23.

TABELA 1 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS – 1998 – RIO GRANDE DO SUL – LUIS CARLOS HEINZE

| COREDE | Votos Nominais(V) | Votos Válidos (VV) | %V/VV |
|-------------------|-------------------|--------------------|--------|
| Vale do Jaguari | 9.873 | 52.349 | 18,85% |
| Fronteira Oeste | 37.166 | 266.174 | 13,96% |
| Missões | 5.196 | 127.356 | 4,07% |
| Vale do Rio Pardo | 3.968 | 195.936 | 2,02% |
| Demais 24 Coredes | 7.403 | | |
| Total | 63.606 | | |

Fonte: elaborado pelos autores a partir de TSE, 1998.

No quadro acima se identifica a concentração de votos nominais (V) de Luis Carlos Heinze no COREDE Vale do Jaguari, com 18,85% e na Fronteira Oeste, com 13,96%. Esses dados são proporcionais ao eleitorado e aos votos nominais. A Fronteira Oeste, entretanto, é onde se concentra a sua votação, sendo maior colégio eleitoral. No conjunto, esses quatro COREDES perfazem 88,36%, sendo determinantes na sua votação geral e eleição. Os demais 24 COREDES somam 11,64%, dos votos. O exame da votação nesses COREDES, a partir de cada município que o compõe permite perceber outro nível de votação.

O DISTRITO INFORMAL COREDE FRONTEIRA OESTE

O COREDE Fronteira Oeste corresponde a uma área de 46.237,1 km⁹ e uma população aproximada de 513.408 habitantes.¹⁰ A sua economia predomina a agropecuária, a produção de arroz e pecuária com um Valor Adicionado Bruto (VAB) com a participação de 9,4%, a maior

⁹ TSE. **Resultado da Eleição de 1998**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acesso em: 25 maio 2021.

¹⁰ Conforme: FEE-Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Fronteira Noroeste – Perfil Socioeconômico**. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Fronteira+Noroeste>. Acesso em: 2 set. 2021.

do estado. Esse aspecto relaciona-se a sua formação histórica desde o séc. XIX. No quadro abaixo temos a sua votação por município.

TABELA 2 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS – 1998 – RIO GRANDE DO SUL/BRASIL – COREDE FRONTEIRA OESTE – LUIS CARLOS HEINZE

| Município | Eleitorado | Votos Válidos (VV) | Votos Nominais (V) | %V/VV |
|--------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|---------------|
| Alegrete | 52.790 | 41.443 | 7.035 | 16,975% |
| Barra do Quaraí | 2.294 | 1.455 | 1 | 0,069% |
| Itacurubí | 2.788 | 1.665 | 775 | 46,547% |
| Itaqui | 25.242 | 15.531 | 5.171 | 33,295% |
| Maçambará | 2.739 | 1.554 | 647 | 41,634% |
| Manoel Viana | 4.646 | 2.690 | 678 | 25,204% |
| Quaraí | 17.472 | 10.741 | 363 | 3,380% |
| Rosário do Sul | 30.950 | 16.553 | 1.154 | 6,972% |
| Santa Margarida do Sul ¹² | 0.000 | 0.000 | 0.000 | 0,000% |
| Santana do Livramento | 62.569 | 47.330 | 268 | 0,566% |
| São Borja | 46.420 | 34.504 | 20.706 | 60,01% |
| São Gabriel | 44.767 | 34.051 | 62 | 0,182% |
| Uruguaiana | 78.460 | 58.657 | 306 | 0,522% |
| Total | 371.037 | 266.174 | 37.166 | 13,96% |

Fonte: elaborado pelos autores a partir de TSE, 1998.

No quadro acima¹¹ a sua maior votação, na zona eleitoral 47, esteve no município de São Borja/RS com 20.706 votos válidos, ou seja, 60%. Dominou essa eleição a nível local.¹² Nos municípios que compõem o COREDE Fronteira Oeste se identifica distintas votações. Uma votação concentrada no município de São Borja, 60,00%, como destacado. Concentra também em municípios de pequeno eleitorado como: Itacurubí, 46.547%, Itaqui, 33,295%, Maçambará, 41,634%, Manoel Viana 25,204%, uma votação média em Alegrete, 16,975%. Apenas esses

¹¹ A título de esclarecimento, a cidade de Santa Margarida do Sul no ano de 1998 não estava inserida em alguma zona eleitoral.

¹² Foi também a maior em relação a todos os municípios em que obteve votação.

seis municípios correspondem a 94,20% dos votos (35,922 votos) que obteve nesse COREDE. Os demais municípios, Barra do Quaraí, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, e Uruguaiana a votação foi ínfima de 5,8% (2.094 votos). Têm-se indícios da competitividade política eleitoral nesse COREDE.

O DISTRITO INFORMAL O COREDE VALE DO JAGUARI

O COREDE Vale do Jaguari é composto por nove municípios sendo os seguintes: Cacequi; Capão do Cipó; Jaguari; Mata; Nova Esperança do Sul; Santiago; São Francisco de Assis; São Vicente do Sul e Unistalda, com uma área de 11.262,1 Km² e uma população em 2019 de 113.724 habitantes.¹³ A votação e sua distribuição do voto de Luis Carlos Heizen segue-se no quadro abaixo.

TABELA 3 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS – 1998 – RIO GRANDE DO SUL/BRASIL – COREDE VALE DO JAGUARI – LUIS CARLOS HEINZE – PARTIDO PROGRESSISTA BRASILEIRO-PPB

| Município | Eleitorado | Votos Válidos(VV) | Votos Nominais (V) | %V/VV |
|------------------------|---------------|-------------------|--------------------|---------------|
| Cacequi | 11.363 | 6.546 | 673 | 10,281% |
| Capão do Cipó | | | | |
| Jaguari | 9.876 | 6.097 | 1.079 | 17,697% |
| Mata | 4.375 | 2.406 | 410 | 17,041% |
| Nova Esperança do Sul | 2.823 | 1.733 | 580 | 33,468% |
| Santiago | 37.701 | 22.275 | 4.652 | 20,884% |
| São Francisco de Assis | 15.901 | 8.400 | 896 | 10,667% |
| São Vicente do Sul | 6.032 | 3.522 | 983 | 27,91% |
| Unistalda | 2.296 | 1.370 | 600 | 43,796% |
| Total | 90.367 | 52.349 | 9.873 | 18,85% |

Fonte: elaborado pelos autores a partir de TSE, 1998.

¹³ Conforme: FEE-Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Vale do Jaguari – Perfil Socioeconômico**. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Jaguari>. Acesso em: 2 set. 2021, às 00:50.

No COREDE Vale do Jaguari, nesse ano de 1998, o eleitorado era de 90.367, o menor entre os demais 03 COREDEs. Entretanto, Luis Carlos Heizen, obteve o maior percentual 18,85% em relação aos demais COREDES, mas é de forma proporcional ao eleitorado e sua votação nominal. Chama atenção que entre o número de eleitores 90.367 e os votos validos (VV) 52.349, existem um hiato de votação que corresponde provavelmente, as abstenções, os votos nulos e em brancos, fato esse que deve ser focado a partir da conjuntura política e social dessa eleição e do respectivo COREDE. Têm-se municípios pequenos (em relação ao eleitorado) – Mata; Nova Esperança do Sul; São Vicente do Sul e Unistalda; os municípios médios, Cacequi; Santiago e São Francisco de Assis. A sua votação, os percentuais, guardando as proporções foram significativos. O seu menor percentual foi em Cacequi com 10,281% e o maior em Santiago, com 20,884%.

O DISTRITO INFORMAL O COREDE MISSÕES E VALE DO RIO PARDO

O COREDE Missões é formado por 25 cidades, numa área de 12.861,2 Km² e uma população de 253.782 habitantes¹⁴. O seu eleitorado de 198.702 e suas quatro zonas eleitorais podem ser assim distribuídos em: 1º: dois colégios médios: o município de Santo Ângelo, 55.232 eleitores e São Luiz Gonzaga com 9.899 eleitores. 2º: e 23 colégios eleitorais pequenos.

Nessa eleição, o candidato obteve 5.196 votos, ou seja, 4,07% dos votos válidos do COREDE. Obtêm o percentual entre 10% a 21% dos votos nos pequenos colégios, sendo os seguintes: Bossoroca, 16,912% (577 votos); Dezesesseis de Novembro, 14,009% (246 votos); Garruchos, 21,377% (326 votos); Pirabó, 9,994% (164 votos); Santo Antônio das Missões, 21,647% (1.199 votos). São Nicolau, 10,94% (277 votos) O restante da votação esta dispersa pelos demais municípios.

O COREDE Vale do Rio Pardo é formado por 23 municípios possuindo uma área de 13.173,5 km² e uma população de 440.316 habitantes, dados esses para o ano de 2020.¹⁵ Com seis zonas eleitorais e um eleitorado de 247.971, a votação do candidato foi de 3.547 dos votos válidos. É importante apontar que 89,59% (3.547 votos) correspondem ao município de Candelária, a zona eleitoral 13. Essa votação sem dúvida está vinculada ao seu nascimento

¹⁴ Conforme: FEE-Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Missões – Perfil Socioeconômico**. <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Miss%F5es>. Acesso em: 2 set. 2021.

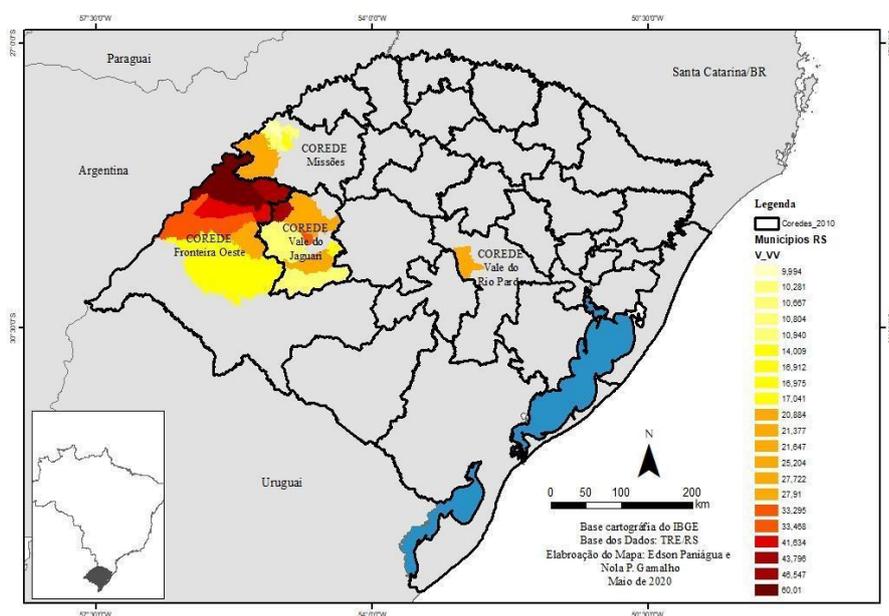
¹⁵ Conforme: FEE-Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Vale do Rio Pardo – Perfil Socioeconômico**. <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Rio+Pardo>. Acesso em: 2 set. 2021.

nessa cidade. Em relação à votação restante, nos demais vinte e quatro COREDES, de 7.403 votos foi difusa, mas que no computo geral da votação, também contribui para a sua eleição.

DO TERRITÓRIO A TERRITORIALIZAÇÃO DOS COREDES

A centralidade do COREDE Fronteira Oeste e da importância dos COREDES Vale do Jaguari, Missões e Vale do Rio Pardo ficou evidente até o momento. O mapa a seguir, foi produzido a partir desses dados, permitindo perceber a distribuição do voto.

MAPA 1 – ELEIÇÃO PARA DEPUTADOS FEDERAIS – 1998 – DISTRITO SUBNACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL – LUIS CARLOS HEINZE – COREDES MISSÕES, FRONTEIRA OESTE, VALE DO JAGUARI E VALE DO RIO PARDO



Fonte: elaborado por Edson Romário Monteiro Paniágua e Nola Patrícia Gamalho.

No mapa acima, conforme abordado anteriormente, existe um município chave no processo de formação do padrão concentrado e dominante. Nesse caso a votação concentra-se no município de São Borja e se difunde em alguns municípios do COREDE Fronteira Oeste e também de forma adjacente nos COREDES Missões e Vale do Jaguari. A descontinuidade na cidade de Candelária, COREDE Vale do Rio Pardo se explica por ser o local de nascimento. Essa distribuição do voto transcende a zona eleitoral 47, (São Borja) imprimindo contornos

próprios, se constituindo num território dinamizado pela sua votação, perpassado por outros territórios políticos de outros candidatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizamos um breve “instantâneo” dessa eleição de 1998 e nas eleições subsequentes, poderemos identificar a intensidade, expansão e contração desse território construído pelo candidato, bem como introduzir outros casos para que seja possível obter uma análise a nível regional, principalmente no que tangencia a competitividade eleitoral.

Nesse sentido, existem outros candidatos competitivos no mesmo território? A predominância de um único padrão de distribuição do voto no território dos COREDEs observados? Como se da competição de votos nos municípios de menor potencial de votos? Nas eleições subsequentes, a tendência de que o fator reeleição signifique a descentralização dos votos vai se confirmar neste caso e teremos o padrão de distribuição de votos alterado? Estas são apenas algumas questões que merecem ser tratadas com a continuidade do desenvolvimento da pesquisa.

No território onde identificamos o padrão concentrado e dominante de um caso, por sua vez esta consubstanciado pela estrutura econômica, o setor primário, com a presença da grande, média e pequena propriedade, onde o candidato se construiu, ao longo das décadas de 80 e 90 do séc. XX, como porta voz e representante. Temos dessa forma a territorialização política, onde as estratégias, as ações e os compromissos locais e regionais do candidato se traduzem.

REFERÊNCIAS

BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 31-58, jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782016000200031&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987316245802>.

Brasil. Câmara dos Deputados. **Deputados brasileiros**: repertório biográfico. 53ª legislatura, 207-2011. Brasília: Coordenação de publicações, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Ciência Política**. São Paulo: Atlas, 2008.

DENEZ, Cleiton Costa; DA SILVA, Márcia. TERRITORIALIDADES DO VOTO PARA DEPUTADO ESTADUAL FEDERAL EM IVAIPORÃ/PR. **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território**, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014, p. 570-580. ISBN 978-85-63800-17-6.

DOMINGUES, José Maurício. A Dialética da Modernização Conservadora e a Nova História do Brasil. **DADOS. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº03, pp. 459-482, 2002.

KINZO, Maria D'Alva G. PARTIDOS, ELEIÇÕES E DEMOCRACIA NO BRASIL PÓS-1985. **RBCS**, Vol. 19, n. 54, fevereiro, 2004.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

NICOLAU, Jairo; TIMOTHY, J. Power (Orgs.). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A Construção da Ordem Fronteiriça: Grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha Sul-rio-grandense (1852-1864)**. São Leopoldo/RS, 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SILVA, Glauco Peres da. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para Câmara Federal do Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, vol. 19, nº2, novembro, 2013, p. 403-429

SILVA, Glauco Peres da. **Para além de São Paulo: Medindo a Concentração Eleitoral em todo o Brasil**. IX Encontro da ABCP, 4 a 7 de agosto de 2014 – Brasília. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/para-alem-sao-paulo-medindo-concentracao-eleitoral-todo.pdf>

VIEIRA, José Vitor Blanco, **A geografia eleitoral: padrões de votação para deputados federais no Rio Grande do Sul e em Pernambuco nas eleições de 2006 e 2010**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia em Ciências Humanas / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Porto Alegre, 2012.

FONTES

Fundação de Economia e Estatística - FEE. Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2021.

Tribunal Regional Eleitoral - TRE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>. Acesso em 2 set. 2021.